

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 516.755 - RS (2014/0114091-0)

AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ANA ELIZABETH VIEDO FACIN
AGRAVADO : ADA MARIA COIMBRA PACHECO
AGRAVADO : ANA REGINA RUFINO
AGRAVADO : ANDREW LEMOS PACHECO
AGRAVADO : ELAINE TERESINHA GRINKE DOS SANTOS
AGRAVADO : ENEDINA MARIA CHIAPINOTTO DOS SANTOS
AGRAVADO : IVETE LIMA DE MELO
AGRAVADO : LONI GRASEL DA ROSA LOPES
AGRAVADO : LUIZ CARLOS FERREIRA PFUTZ
AGRAVADO : MARIA DE JESUS DA COSTA NUNES
ADVOGADO : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) -
DF005939

DESPACHO

Discute-se nestes autos a respeito da aplicabilidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação dada pela Lei n. 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora.

A matéria foi afetada à Primeira Seção nos REsp n. 1.492.221/PR, 1.495.144/RS e 1.495.146/MG (Tema n. 905), para julgamento sob o rito do art. 543-C do CPC/73, ou 1.036 e seguintes do CPC/2015, o que ocorreu em 22/2/2018, após o julgamento do RE n. 870.947/SE (Tema n. 810), pelo Supremo Tribunal Federal.

O processamento, nesta Corte, de recurso extraordinário interposto contra o acórdão proferido no REsp n. 1.492.221/PR foi sobrestado pela Ministra Maria Thereza de Assis Moura para aguardar o julgamento de embargos de declaração opostos ao acórdão do RE n. 870.947/SE, com vistas à modulação dos efeitos daquele julgado.

O Ministro Luiz Fux, relator do RE n. 870.947/SE, atribuiu efeito suspensivo aos aclaratórios, em decisão proferida em 24/09/2018, assim ementada:

DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ARTIGO 1.026, § 1º, DO CPC/2015. DEFERIMENTO.

Sua Excelência considerou que "a imediata aplicação do *decisum* embargado pelas instâncias *a quo*, antes da apreciação por esta Suprema Corte do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas".

Ante o exposto, para preservar o interesse das partes e assegurar a uniformidade na prestação jurisdicional, determino que os autos aguardem na Coordenadoria da Segunda Turma, até a conclusão do julgamento dos embargos de declaração pelo STF e o subsequente exame da admissibilidade do recurso extraordinário interposto nesta Corte.

Oportunamente, certifique-se a respeito dos aludidos julgamentos e retornem os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator